

O envolver e o envolver-se com a noção de Permanência: O acolhimento na perspectiva da incluso escolar⁶

**Cristiana Barcelos da Silva
José Manuel Vieira Soares de Resende
Shirlena Campos de Souza Amaral
Fábio Machado de Oliveira
Clesiane Bindaco Benevenuti**

ISSN: 1889-4208

e-ISSN: 1989-4643

Fecha recepción: 04/09/2019

Fecha aceptación: 29/11/2019

Resumo

Discutir a respeito das práticas pedagógicas no momento atual da sociedade brasileira requer uma tarefa anterior: a de fazer menção à categoria da totalidade, entendida como a expressão das características sociais que influenciaram diretamente na realidade educacional. Ela requer ter, como ponto de partida, os aspectos da formação socioeconômica brasileira, das relações de produção, das classes sociais e da cultura como prática social e ideológica. Questões fundamentais para analisar os múltiplos determinantes do trabalho pedagógico. Por essa razão, ao longo do presente texto, pretendeu-se evidenciar aspectos que poderiam influenciar na prática pedagógica, para, então, problematizar a ideia de que o tipo de postura, de leitura e o posicionamento do investigador teriam tanto relação direta com o discurso construído em torno da representação da instituição educacional quanto das práticas que ocorreriam em seu interior. Nesse sentido, as reflexões empreendidas na presente investigação estruturaram-se mediante algumas inquietações emergidas tanto no plano epistemológico quanto no plano pragmático da educação. Foram analisados, por um lado, o tipo de discurso prevalente nas pesquisas acadêmicas que abordavam a temática e, por outro, a experiência praxiológica cuja postura epistemológica e metodológica solidificou-se a partir de uma leitura positiva e focalizada nas histórias, condutas e discursos dos sujeitos. Diante do exposto, organizamos a investigação em quatro momentos.

⁶ A presente pesquisa foi financiada pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa, do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), e pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Como citar este artigo:

Barcelos da Silva, C., Vieira Soares de Resende, J.M., Campos de Souza Amaral, S., Machado de Oliveira, F. y Bindaco Benevenuti, C. (2019). O envolver e o envolver-se com a noção de Permanência: O acolhimento na perspectiva da incluso escolar. *Revista de Educación Inclusiva*, 12(2), 101-113.

No primeiro, tratou-se da noção de permanência na educação como um contraponto à cultura da evasão escolar. Faz-se referência a autores brasileiros que optaram por um novo caminho em razão de diferentes possibilidades apontadas pela permanência. No segundo, partiu-se de uma análise da provável relação entre a prática pedagógica de acolhimento e a noção de permanência na educação, sugerindo que tal afinidade possa ter emergido como uma alternativa prática capaz de contribuir tanto com o processo de inclusão dos estudantes no espaço escolar como com a criação de um clima de aproximação singularizada. Como exercício de síntese, foi defendida a ideia de que a prática de acolher seria indissociável do fenômeno da permanência na educação, sobremaneira se a intenção ideológica se fundamentar na inclusão escolar dos estudantes para a conclusão de suas trajetórias escolares.

Palavras-Chave: *Inclusão, Escola, Permanência.*

1. A noção de permanência escolar à moda brasileira

Partindo de questionamentos levantados pelos pesquisadores do Núcleo de Estudos sobre Acesso e Permanência na Educação criado em 2014, nasceu a necessidade de ampliar as discussões sobre o ponto de vista epistemológico da permanência, tendo em vista a escassez de publicações a respeito dessa temática. Nos primeiros encontros do grupo, questões como: i) “o que faz os estudantes permanecerem na escola?”; ii) “ocorrem experiências práticas com foco na permanência escolar?”; iii) “se ocorrem, como elas – as práticas – ocorrem?”. Além de inquietarem os membros do grupo, tornaram-se norteadoras para a elaboração de planos de trabalho com foco nas discussões a respeito da escola.

Imbuídos de uma necessidade de investigar a respeito dos questionamentos feitos, buscou-se compreender o tipo de discurso oficial construído no Brasil em relação à permanência na educação. Assim, percebeu-se que, a partir de um levantamento inicial, do ponto de vista teórico-acadêmico, eram tímidas as discussões sobre a permanência na educação no país. Considerada uma contradição, se levada em consideração a legislação brasileira, que apresentou a permanência como um dos princípios para o ensino (Brasil, 1996). No âmbito das práticas pedagógicas, ocorridas no interior dos espaços educativos, percebeu-se, a partir das publicações de investigações nacionais, que eram esparsas e pontuais no tocante às iniciativas institucionais comprometidas com a permanência dos discentes (CARMO; CARMO, 2014).

Uma crítica feita pelos autores supracitados é que, de certo modo, justificou a elaboração do presente trabalho, sobre o modo de olhar a escola. Perguntou-se sobre o porquê de diferentes áreas do conhecimento, como a sociologia, a sociologia da educação, por exemplo, dentre outras, elegerem a temática da evasão como objeto de pesquisa, dando conta que esse olhar pareceu não criar condições para a permanência ou conservação dos laços daqueles que saem. Partindo desses

pressupostos, outras incógnitas emergiram entre a rede de investigadores, tais como: o que a escola faz para que alguns consigam manter-se ligados a ela? Ou, no dizer de Simmel (1994), por que não considerar a instituição escolar como uma ponte e não uma porta?

Para os integrantes do grupo, se por um lado, como porta, a escola seria considerada o lugar onde saem e entram indivíduos, de modo contraditório, como ponte, talvez pudesse ser o lugar de encontro e reencontros, idas e vindas de sujeitos que desejassem ir a algum lugar. Nas palavras do sociólogo alemão, na correlação entre divisão e reunião, a ponte acentuaria o segundo termo e superaria o distanciamento das suas extremidades.

Nessa direção, Vincent Tinto, um sociólogo naturalizado americano, acabaria por problematizar a relação entre a evasão e a permanência dos estudantes quando afirmou que:

Evasão não é a imagem espelhada de permanência. Saber por que os alunos saem não nos diz, pelo menos não diretamente, porque os estudantes persistem. Saber por que o aluno sai não diz às instituições, pelo menos não diretamente, o que elas podem fazer para ajudar os alunos a ficar e a ter sucesso. No mundo da ação, o que importa não são as nossas teorias em si, mas como essas teorias ajudam as instituições a implementarem questões práticas de persistência. Infelizmente, as teorias atuais de abandono estudantil não são bem adaptadas a essa tarefa. Isso explica, por exemplo, o fato de que as teorias atuais de abandono/evasão estudantil normalmente utilizam abstrações e variáveis que são, por um lado, muitas vezes difíceis de operacionalizar e traduzir em formas de prática institucional e, por outro, o focam em assuntos que não estão diretamente sob a influência imediata das instituições (TINTO, 2006, p. 6).

Somado esse novo olhar em direção ao interior da escola, admitiu-se ser possível tratar da permanência a partir dos desdobramentos dos significados e usos de seu conceito e, ao mesmo tempo, entendê-la como expressão da pertença, de apropriação de si, de reconhecimento, de atestação. De certo modo, abordar a permanência escolar abriria um caminho para agir em direção à transformação da escola, rumo a uma política social verdadeiramente inclusiva. De outro modo, tematizar a permanência na educação seria chamar a tarefa de reconfiguração dos sistemas de justificação no interior da escola, resgatar o trabalho crítico e apostar no envolvimento e na participação dos estudantes nesse processo formativo para a cidadania, tarefa precípua da escola, apostando no permanecer como crítica à configuração escolar e não apenas como “ficar”.

Assim, percebendo a permanência – considerando-a central no debate sobre a educação – mais como processo, transformação e menos como estado e ato, fomos levados à tematizá-la também, no que se refere às condições de humanização, de subjetivação, de apropriação de si, de pertença e de reconhecimento presentes em todo processo/ato educacional.

Retomando a tarefa desta sessão, de apresentar a relação entre a permanência escolar e o Brasil, recorreu-se à pesquisa de Carmo e Carmo (2014)

que - ao mesmo tempo em que questionou as fragilidades dos estudos que tomavam a evasão como centro, discutiu o epistemologicamente sobre o termo permanência (considerando-o mais propositivo, reflexivo e prático) - apresentou um quadro quantitativo de publicações acadêmicas entre os anos de 1996 e 2012, que fora ampliado até o ano de 2016, como mostra a imagem a seguir:

Tabela 1.

Quantitativo de publicações sobre “permanência escolar” no Brasil e no mundo entre os anos de 1996 e 2016.

Intervalos anuais	1996-1998	1999-2001	2002-2004	2005-2007	2008-2010	2011-2013	2014-2016	Total
n- Scopus	33	59	102	236	296	394	440	1.560
n- Brasil	1	2	4	6	15	24	41	93
% - Scopus	2,1	3,8	6,5	15,1	19,0	25,3	28,2	100,0
% - Brasil	1,1	2,2	4,3	6,5	16,1	25,8	44,1	100,0

Fonte: Arquivos do NUCLEAPE - gráfico produzido por Georgia Manguiera, jan. 2017.

Em relação à invisibilidade das pesquisas sobre permanência escolar no Brasil, foi possível observar que a evasão não ocorre apenas no Brasil. De modo amplo, ao se estabelecer como parâmetro para a pesquisa as palavras-chave “*persistence retention*”, “*student retention*” e “*persistence scholarship*”, a base Scopus gerou um total de 93 publicações no país, representando aproximadamente 17% do total de trabalhos publicados.

Ainda quanto aos números apresentados, oportuno ressaltar que se tomou o ano de 1996 como inicial nas buscas, tendo como referência a homologação no Brasil da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.396/96 (LDBEN), que no Título II tratou dos princípios e fins da educação nacional, apresentando e legitimando, de modo institucional no Artigo 3º, Inciso I, “a igualdade de condições para acesso e permanência na escola”.

Esclarecidos os princípios carregados pelo conceito, diante de uma primeira análise das publicações que versavam sobre permanência no Brasil, identificou-se as seguintes características: i) uma diminuição no uso da expressão “acesso e permanência” como termos unívocos e um crescimento da noção de permanência como conceito independente e categoria investigativa; ii) a constituição da permanência como caminho justificado pela negação, desvio de caminhos existentes; iii) construção de novos sentidos reflexivos em torno da educação em que pese a relação entre a teoria/discurso e a prática educativa.

2. acolher e sua relação com a permanência estudantil

Uma vez despertado um novo olhar em direção à instituição escolar, com foco na permanência e retomando a questão da importância e da prática pedagógica, foram encontradas investigações que abordavam experiências propositivas e de natureza pragmática.

O sociólogo Vincent Tinto (1988), instigado com a questão da não permanência estudantil, realizou um estudo longitudinal inspirado nos contributos antropológicos escritos por Van Gennep em *Os Ritos de Passagem*. Na obra, os ritos consistiam na mudança dos padrões de interação entre o indivíduo em que o processo de transmissão de relações entre os grupos que se sucediam poderia ser marcado por três estágios distintos, cada um com seus próprios rituais e cerimônias. Aos estágios denominou de: separação, transição e de incorporação. Nos escritos, Van Gennep parecia acreditar que as noções de ritos de passagem poderiam ser aplicadas a uma variedade de situações, especialmente aquelas que envolvem a movimentação de uma pessoa ou grupo de um lugar para outro. Nessa movimentação, o indivíduo, ou o grupo, deixaria um antigo território ou comunidade (separação), de alguma forma atravessaria uma fronteira – seja ela física ou cerimonial – para um novo lugar (transição), e passaria a assumir sua residência no novo local ou comunidade (incorporação). Fora a partir dessas premissas que Tinto (1988) elaborou uma teoria que denominou Estágio da Evasão do Estudante, (EEE) influenciado pela incidência da não permanência dos estudantes no primeiro ano de vínculo às instituições. Sobre sua constatação, explicou:

Though in-stitutions must not ignore student needs beyond the first year, it is evident that the first year, indeed the first semester, is critical to the student's eventual persistence until degree completion. The notion of "front-loading" of institutional action is, in this view, an appropriate strategy to reduce the early incidence of student departure (TINTO, 1988, p. 451).

O investigador demonstrou que, embora as instituições não devessem ignorar as necessidades dos estudantes depois do primeiro ano, pareceu evidente que o primeiro ano – dentro desse período o primeiro semestre – seria o mais crítico no que se refere ao processo de permanência até o período de conclusão. Por essa razão, apontou para o conceito de “planejamento prévio” da ação institucional como uma estratégia adequada para reduzir a incidência precoce da não-permanência estudantil.

Sobre a escola como instituição e território de envolvimento e permanência, do ponto de vista da prática educativa, o sociólogo moçambicano José Manuel Resende (2017) trouxe alguns verbos que gerariam algumas interrogações sobre as razões que poderiam influenciar para que o estudante permanecesse por um tempo mais alargado nos espaços sistematizados de ensino. Segundo ele, os verbos seriam: acolher, habitar, convidar e dignificar. Optando por uma análise específica do primeiro deles, a ação expressa pelo vocábulo manteria uma relação estrita com a escola, devido ao fato de a escolaridade obrigatória ter se tornado um dever moral da família e do estado, uma vez que – sendo vista como benéfica para o aluno e para os outros – a instituição escolar não deveria ser só um lugar que recebe. Afinal, receber apenas não criaria um ambiente que demonstraria a importância da vinculação com o espaço, com os territórios que fariam parte do estabelecimento de ensino. Por sua vez, o verbo acolher, que significaria oferecer ou obter refúgio, proteção ou conforto físico, no sentido de abrigar(-se), de

amparar(-se), permitiria pensar no que a escola teria que fazer para tornar o seu espaço agradável, confortável, hospitaleiro e não inóspito. Este verbo teria como função prática permitir à pessoa sentir não só a obrigação de estar fisicamente na escola, mas transformar essa obrigação em um gosto de estar, em certo desejo de estar.

Nesses meandros, Tinto (2006, p. 6) apresentou questões parecidas em seus estudos sobre o papel da instituição e permanência no Ensino Superior americano. A princípio, questionou a relevância das pesquisas sob a ótica da evasão, em seguida defendeu a importância daquelas que se propuseram a analisar a permanência na educação. No tocante à relação desses motes de pesquisa com a instituição escolar, defendeu o seguinte posicionamento:

The first lesson, the lesson of institutional action, can be broadly stated as follows: It is one thing to understand why students leave; it is another to know what institutions can do to help students stay and succeed. Leaving is not the mirror image of staying. Knowing why students leave does not tell us, at least not directly, why students persist. More importantly it does not tell institutions, at least not directly, what they can do to help students stay and succeed. In the world of action, what matters are not our theories per se, but how they help institutions address pressing practical issues of persistence.

Na visão do pesquisador supracitado, uma questão seria entender por que os alunos saem das instituições; outra muito diferente seria compreender o que as instituições podem fazer para auxiliar os alunos a ficarem e alcançarem sucesso. Em síntese, de forma geral, a evasão dos estudantes não seria a imagem espelhada da permanência. E, do ponto de vista institucional, saber por que os alunos saem não diz, diretamente, porque os estudantes persistem, uma vez que saber por que os estudantes saem não diz às instituições o que elas poderiam fazer para ajudar os alunos a permanecer e a terem sucesso. Assim, no mundo da ação, o que importa, de fato, não seriam as nossas teorias em si, mas como elas ajudariam as instituições a implementarem práticas para a permanência. Pois,

A superação dos problemas sociais, comuns no cotidiano brasileiro, se dá com uma educação voltada à cidadania. Esta exige conhecimento sobre ações e políticas necessárias para a transformação social, pois se acredita que a desigualdade é superada com a universalização do acesso e permanência bem-sucedida numa escola de qualidade (COSTA, 2016, p. 5).

Nesse domínio, em se tratando de ações pedagógicas práticas, da noção de permanência na educação, do aspecto prático do verbo acolher e da identificação do primeiro ano de escolaridade como crítico, foi que se decidiu explorar e descrever três experiências de proposta de acolhimento vivenciadas em instituições provenientes da realidade educacional brasileira.

3. Acolhimento em escolas brasileiras: a *práxis* de três experiências vividas em um território de envolvimento

Do ponto de vista denotativo, o termo acolher indicaria algo próximo a: receber; atender; dar crédito; admitir, aceitar; tomar em consideração; trazer para junto de si (FERREIRA, 1999). A partir desses significantes, talvez fosse possível compreender dois sentidos para o termo na perspectiva escolar: 1) um meio de recepcionar e atender o novo aluno que chega à instituição; e 2) dar crédito, voz, trazer para perto. A partir dessa dúbia articulação, Guimarães (2012), parafraseando um professor e servidor público, definiu a ação de acolher como a de oferecer o melhor de si a outra pessoa. Não seria essa uma das tarefas da instituição escolar? Promover “espaços” para a recepção dos estudantes, apresentando-lhes suas características físicas e ideológicas, assim como finalidade de oferecer o seu melhor?

Seguindo essas interrogações e guiando-se pelas palavras de Charlot (2000), que optou por uma leitura positiva dos fenômenos que ocorriam nos espaços educativos e com foco nas histórias, condutas e discursos dos sujeitos, foi que se organizou – nesta parte do presente trabalho – uma pesquisa exploratória e de natureza qualitativa. A proposta girou em torno da tarefa de descrever três diferentes experiências de acolhimento que envolviam estudantes de instituições públicas de educação.

A primeira delas fora desenvolvida, na prática, no ano de 2009, por iniciativa de estudantes do Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA), em uma escola pública da rede municipal da cidade do Rio de Janeiro. A experiência de acolhimento denominou-se “Tática do Abraço” e foi organizada integralmente por discentes. Como salientou (DUBET, 2003), pôde ser considerada uma das estratégias de sobrevivência ocorridas no interior da escola.

Segundo Miletto (2009, p. 188), um professor de Sociologia da instituição, desenvolvida por estudantes matriculados em uma unidade escolar, a tática consistia na aproximação dos recém-matriculados com os demais estudantes da escola, que funcionava no horário noturno. Desse modo, evidenciando a valorização da convivência entre os pares, aqueles com maior tempo de vínculo na instituição, criaram uma cultura de planejamento e organização de eventos como festas de aniversário, temáticas, assim inspiradas em datas comemorativas, nas quais todos os estudantes tinham a oportunidade – mesmo sendo de turmas diferentes – de se socializar. A intenção era estabelecer uma aproximação entre os alunos de modo a criar vínculos coletivos de amizade e companheirismo, além de incentivar a aprendizagem e reforçar o lema estabelecido pelo grupo: “Todos no mesmo barco, um ajuda o outro a não desistir”. O trecho abaixo se referiu à resposta de um dos alunos quando perguntado se a turma tem influência na sua decisão de desistir ou permanecer.

Tem porque eu conheci muitos jovens esse ano estudando, no começo tinha uma dificuldade muito grande, eu tive até uma confusão no início do ano que eu tava em outra turma, na outra sala que os jovens faziam muita bagunça e eu me exaltei tava na sala de um professor... e tomei uma liderança na sala. Então depois eu passei para outra sala, aí vim pra essa sala que estou hoje, onde conheci pessoas bem mais jovens, eu comecei a acolher esses jovens, comecei a abraçar eles, conhecer eles, um a um, pegar intimidade com eles, dar conselhos a eles, então eu peguei uma amizade muito grande com eles, tanto com os jovens como com os mais velhos também, porque somos assim praticamente uma família, nós somos uma família, então nós temos que procurar viver em harmonia, nós temos que procurar saber o que tá se passando, às vezes eu vejo um no canto, acurado, eu vou lá pergunto a eles: o quê? “Não, não é nada não tá tudo bem”. Porque nós já acostumamos com eles, então praticamente a gente já conhece eles, então a gente no meu ponto de ver, na minha vida mudou muito porque é pessoas diferentes mais jovens e eu aprendi até a conviver mais com meu filho, porque tem alguns que têm até a idade do meu filho, porque aí você vê pô então... praticamente é isso porque o jovem ele às vezes você tem que abraçar ele, em vez de brigar, dá “esporro”, é melhor você abraçar ele pra saber o que tá se passando. Então aprendi muito esse ano, muito mesmo (Roberto, 45 anos, turma 162/2008, era aluno do PEJA 1).

O relato demonstrou, portanto, a relação e a importância da estratégia desenvolvida pelos sujeitos da escola, enquanto processo de integração social e intergeracional e seu viés prático na medida em que promoveu uma aproximação efetiva entre os estudantes, configurando-se, assim, como estratégia pragmática de permanência estudantil. A respeito do papel da escola nesse processo, concordamos com Costa (2017, p. 119) quando considerou que:

No âmbito social é necessário reconhecer os alunos (...) como cidadãos de direito, isto é, eles devem estar agregados à sociedade o mais inteiramente possível. A escola é um ambiente integrador e, para tal, deve estar aberta à diversidade de sua comunidade, seus alunos, professores, colaboradores. Essa abertura tem embasamento no respeito.

Do ponto de vista teórico, interessante ressaltar que – retomando um estudo recente de Tinto (2017), quando além de apostar para a função prática da instituição no processo de permanência dos estudantes, volta sua atenção para o olhar do aluno ao fazer – advertiu que, sob o vetor do estudante, a permanência estudantil deixaria de ser a mera entrada e término, sem interrupções, em uma mesma instituição (como considerado pelo vetor institucional) e passaria a ser considerada a sua capacidade de persistir na trajetória formativa. Afirmou que essa persistência estaria atrelada à motivação do próprio discente em permanecer estudando e à motivação compreendida como a qualidade que permitiria o indivíduo a persistir em seu objetivo, mesmo diante de desafios. Assim, sobre a permanência estudantil, os fatores que mais influenciariam na permanência escolar seriam: 1) a confiança que

o próprio aluno teria em si mesmo; 2) o sentimento de pertencimento à instituição; e 3) a percepção do valor do currículo para seu futuro.

Assim, estabelecendo um diálogo com a “Tática do Abraço”, a aposta do pesquisador supracitado reforçaria, na experiência ocorrida na escola do Rio de Janeiro, a importância da estratégia enquanto fator de permanência escolar na perspectiva do estudante e de sua influência na construção do sentimento de pertencimento à instituição.

A segunda experiência de acolhimento ocorreu pela primeira vez na rede federal de educação, em turmas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF), *campus* Quissamã, localizado na região norte do estado do Rio de Janeiro, em 2016. Tratou-se de um evento intitulado *Integração de Alunos e Professores: apresentações, música, dança e mais – a vez dos mestres falarem sobre a relevância de suas matérias para a formação de seus alunos*. Nele, a intenção era receber os novos alunos e várias atividades foram realizadas, como apresentação cultural dos discentes vinculados aos institutos e apresentação de todos os professores do curso aos alunos recém-matriculados (explicando algumas especificidades de suas áreas de atuação). Mesmo partindo de uma iniciativa dos estudantes do primeiro ano do curso de Segurança do Trabalho, ofertado pelo Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), foi organizado com a participação de professores e técnicos (CARMO; SANTOS; MOUTINHO, 2016).

A iniciativa, além de atender a uma demanda de acolhimento, mediante a questão do primeiro ano crítico e do pertencimento à escola, também atendia a uma demanda institucional elaborada mediante a um Relatório de Auditoria emitido pelo Tribunal de Contas da União (n. TC 026.062/2011-9), que dizia respeito ao combate à evasão na Rede Federal que, por sua vez, em resposta, estruturou uma política de permanência e êxito dos estudantes, instituindo e regulamentando a “Comissão Permanente de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes da Rede Federal”.

Retomando a questão da integração como proposta de acolhimento, a experiência foi considerada exitosa porque, além da iniciativa ter sido dos alunos da turma do primeiro ano do referido curso, ocorreram dois fatores contrários ao que se poderia chamar de “síndrome do primeiro ano crítico” nos cursos noturnos da educação profissional, qual seja: i) o fato deles, os próprios alunos do primeiro ano, liderarem a organização da ação; e ii) o fato de se constatar, ao fim do ano letivo de 2016, que dentre os 37 alunos matriculados, 34 continuavam frequentes, configurando 92% de permanência estudantil. Compreendeu-se que o primeiro semestre, também considerado crítico no processo de adaptação dos alunos (TINTO, 1988), pode ser impactado por ações práticas de acolhimento, sobretudo se for considerado o clima escolar como fator de maior impacto na aprendizagem, como argumentou Gomes (2005).

A terceira e última experiência de acolhimento foi realizada no Sul do país, no estado de Santa Catarina, descrita por Guimarães (2012) e denominada “Entrevistas de Acolhimento”. Como na anterior, ocorreu na rede federal, mas fora arquitetada por uma equipe de servidores da instituição, com diferentes trajetórias formativas e atuantes em diversas áreas do conhecimento. A experiência realizada por professores e pela coordenação do curso Superior de Tecnologia em Mecatrônica Industrial do Instituto Federal de Santa Catarina (IF-SC), *campus* Florianópolis, ocorreu entre 2007 e dezembro de 2009. Fez parte da primeira etapa do chamado “Contrato de Trabalho Pedagógico” (CTP), seguido de um conjunto de ações que fizeram parte de um projeto institucional com vistas ao acesso, permanência e êxito escolar.

De natureza micro, a entrevista foi considerada uma importante estratégia no plano macro. Sua realização ocorria mediante o planejamento de um quadro de ações institucionais que seguiam uma sequência lógica que se iniciava com uma reunião e, por fim, culminava na assinatura oficial de um contrato. As etapas eram as seguintes: 1) reuniões com professores; 2) roteiro; 3) palestras (direção/coordenação); 4) acompanhamento; 5) convite; 6) Integração> festa; 7) entrevista individual; 8) Estratégias; e 9) Projetos Integradores. A aposta institucional, de maneira minuciosa, consistia, na primeira etapa, de realização de reuniões com os docentes responsáveis por lecionar na turma de modo a orientá-la na realização da entrevista. Em seguida, toda a equipe se reunia para definir os questionamentos indelévels para a entrevista. Definidas as questões, marcava-se um momento de apresentação no formato de palestra, das decisões para a equipe gestora da instituição, que acompanha o processo de elaboração da versão final do documento. Elaborava-se um convite e divulgava-se a realização de um momento de integração (em um dia/horário diferente de aula). Nele, os estudantes seriam publicamente convidados e receberiam individualmente o convite para a entrevista de acolhimento. A equipe passaria para a fase da entrevista de fato, que ocorreria individualmente e em horários pré-agendados. Realizadas as entrevistas, toda a equipe elaborava, com base nas análises das entrevistas, estratégias que viabilizassem a continuidade dos estudos dos alunos, amparadas tanto nas necessidades dos alunos quanto no papel da instituição em oferecer suporte a eles. Por último, a intenção seria de realizar um evento em que os estudantes, com maior tempo de vivência na escola, demonstrassem, aos recém-chegados, seus avanços, conquistas e perspectivas de futuro (GUIMARÃES, 2012).

Assim, as funções das “Entrevistas de Acolhimento”, na proposta do CTP, resumir-se-iam da seguinte forma: conhecer o aluno, apresentar o curso e a instituição, responder aos possíveis questionamentos, construir as disposições do contrato e firmá-lo, em um primeiro encontro, de forma acolhedora e interessada.

4. Exercício de síntese: o acolher sob a ótica da inclusão escolar

Considerando que, de acordo com o nível/modalidade de ensino em que o estudante esteja matriculado, esse fato possa fazer com que ele experimente situações diversas dentro e fora do espaço estudantil, foi que mencionamos a possibilidade de, no interior da instituição e do ponto de vista social, haver fases pelas quais os estudantes, enquanto atores, precisem passar, para que, enfim, concluam seus ciclos formativos.

A priori, saber o que ocorria na prática, ao longo dessas fases, sobremaneira a primeira delas, foi o foco do presente estudo. Na chamada fase de separação, quando o estudante vivencia momentos antes não vividos, quando ainda não estabeleceu estreitas relações com seus pares e profissionais da instituição, constitui-se a mola propulsora para as primeiras reflexões da investigação. Movidos por esses combustíveis interrogativos, foi que se buscou alguns estudiosos que esclarecessem o que estava por trás das teorias que faziam alusão à importância de se pensar as primeiras experiências vividas na escola e suas relações com a permanência dos discentes ao longo de seu processo educativo.

Em seguida, não esgotando as produções teóricas, tentou-se descrever, do ponto de vista pragmático, três diferentes ações institucionais que se ajustavam às necessidades de adaptação dos estudantes, principiantes na vida escolar.

De maneira singular, a primeira experiência encontrou, no acolhimento, uma estratégia unificadora entre os estudantes, com a finalidade de envolvê-los e ajudá-los, uma vez que todos estavam na mesma condição. A segunda demonstrou descobrir, na integração entre os membros da comunidade escolar, o caminho para fortalecer o grupo em direção à permanência. A terceira partiu de uma necessidade real e elaborou uma proposta institucional de sistematização de ações planejadas, adotando, como estratégia oficial, o aprimoramento de programas para a permanência.

Diferente dos aspectos que singularizaram as experiências, o que as aproximou, de modo geral, foi a opção pela prática do acolher como estratégia ora social e integracional, ora pedagógica, sempre com vistas à inclusão dos estudantes ingressantes nas instituições. A aposta no acolhimento, enquanto ação social de permanência na educação, parece ser discutível, se o propósito for incluir o estudante de modo a auxiliá-lo a completar as diversas etapas e momentos inerentes ao seu itinerário educacional com sucesso.

Referência

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional . nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as Diretrizes e Bases da educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v. 23, 1996.*

_____. Tribunal de Contas da União. Acórdão nº 506/2013 – TCU – Plenário, de 13 de março de 2013. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:>

lex:br:tributribunal.contas.uniao;plenario:acordao:2013-03-13;506>. Acesso em: 10 out. 2015.

- CARMO, Gerson Tavares do; CARMO, Cintia Tavares do. A permanência escolar na Educação de Jovens e Adultos: proposta de categorização discursiva a partir das pesquisas de 1998 a 2012 no Brasil. *Education Policy Analysis Archives*, Dossiê Educação de Jovens e Adultos II, v. 22, p. 1-45, 2014.
- CARMO, Gerson Tavares do; SANTOS, Aline Estaneck Pessanha dos; MOUTINHO, Ronaldo Só. Na contramão do primeiro ano crítico: comentários sobre a experiência no Iffluminense campus quissamã. XII CONGRESSO LATINO AMERICANO DE HUMANIDADES, 12, 2016. Campos dos Goytacazes. *Resumos dos Anais...XII Congresso Latino Americano de Humanidades*. Disponível em: <<http://investigacion.utmachala.edu.ec/congresolatinoamericano/wp-content/uploads/2016/08/1-Relac%CC%A7a%CC%83o-de-Trabalhos-Ponencias-aceitas-24-08-2016.pdf>>
- CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. 2000.
- Costa, Margarete Terezinha de Andrade. *Formação docente para a diversidade / Margarete Terezinha de Andrade Costa*. - 1. ed. - Curitiba, PR : lesde Brasil, 2016.
- DUBET, François. A escola e a exclusão. *Cadernos de Pesquisa*, nº 119. p.1-14, 2003.
- FERREIRA, Aurélio. *Novo Aurélio – Século XXI O Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- GUIMARÃES, Sandra Lopes. *A entrevista de acolhimento e o contrato de trabalho pedagógico como uma possibilidade frente à evasão escolar em um Curso Superior de Tecnologia*. 2012. 143 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000898773>>. Acesso em: 1 abr. 2016.
- MILETO, Luis Fernando Monteiro. *No mesmo barco, dando força, um ajuda o outro a não desistir – Estratégias e trajetórias de permanência na Educação de Jovens e Adultos*. 215 f. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. UFF, Niterói, RJ, 2009.
- RESENDE, José Manuel Viera Soares de. *A permanência pode ser vista como objeto sociológico? Lisboa* (Avenida de Berna, 26), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa (UNL) em 17/05/2017. Entrevista concedida a Cristiana Barcelos da Silva, pesquisadora visitante da FCSH.
- SIMMEL, Georg. Bridge and door. *Theory, Culture & Society*, v. 11, n. 1, p. 5-10, 1994.
- TINTO, Vincent. Reflections on Student Persistence. *Student Success*, v. 8, n. 2, p. 1-8, 2017.

_____. Research and practice of student retention: what next? *Journal of College Student Retention: Research, Theory & Practice*, v. 8, n. 1, p. 1-19, 2006. Disponível em: <<http://csr.sagepub.com/content/8/1/1.short>>; [Trad.livre Cristiana Barcelos da Silva].

_____. Stages of student departure: Reflections on the longitudinal character of student leaving. *The Journal of Higher Education*, vol. 59, n. 4 (Jul. - Aug., 1988), p. 438-455, 1988. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1981920?seq=1#page_scan_tab_contents